

Livro de Comunicações do Colóquio  
**“Escritores e Cidades”**

Departamento de Cultura  
Câmara Municipal do Funchal  
Maio 2004

Liv  
MF]

## Cidade e corte. Modos de vida no séc. XVI

Das cidades em mutação, dos seus anónimos habitantes e anseios não tratam as obras que aqui trazemos.

Do êxodo rural e das transformações que o ouro e especiarias tinham operado no séc. XVI falaram-nos alguns escritores. A seu modo, Sá de Miranda tenta perpetuar com nostalgia, em terras de Basto, aonde já tinham chegado os pardaus dos Descobrimentos, as refeições campesinas e frugais de antanho, recriar o necessário ócio, indispensável às boas leituras, não mais possível numa Lisboa que, no seu dizer, se ia despoando com o cheiro da canela, o mesmo cheiro que inebriara os maridos das Constanças do horizonte das farsas de Gil Vicente onde pululavam tipos citadinos mesclados com vilões desinseridos do seu mundo, uns e outros reflexo de profundas mutações sociais e económicas.

Nada disto dirão os textos que aqui trazemos. Como se esta realidade lhes fosse vedada. Com eles, como demonstraremos, a cidade ou a corte dir-se-iam cristalizadas no tempo, aprisionadas num tempo sem tempo, alheio ao presente das Descobertas. A cidade raramente se identificará e a corte é, ela própria, do ponto de vista social e político, um conceito bastante abrangente, tornando difícil o estabelecimento de paradigmas individuais. Só Coimbra, nos textos estudados, é susceptível de individuação.

Seleccionámos como *corpus* de análise todos os autores portugueses que escreveram diálogos no séc. XVI e nele decidimos incorporar Luísa Sigeia, de origem toledana, radicada em Portugal desde a adolescência, aia da Infanta D. Maria, e autora também ela de um diálogo, escrito em latim e traduzido para francês já no séc. XX, *Dialogue de deux jeunes filles sur la vie de cour et la vie de retraite*<sup>1</sup>.

Embora relativamente extenso o *corpus* analisado, se não em número de autores, pelo menos em número de diálogos, para além de Luísa Sigeia (1552), apenas nos é dado encontrar desenvolvido o tema, de forma directa ou indirecta, em Fr. Heitor Pinto (1591)<sup>2</sup> e Pedro de Mariz (1594)<sup>3</sup>.

A habitual circunscricção espacial a que procedem os diálogos de Fr. Heitor Pinto quase se restringe a uma enunciação de lugares - ao longo dos "cenzeirais" de Coimbra<sup>4</sup> no "Diálogo da Verdadeira Filosofia", Toledo, cidade nobre de Espanha<sup>5</sup>, no "Diálogo da Verdadeira Amizade", ou Lião<sup>6</sup>, objecto já, de maior desenvolvimento, no "Diálogo da Discreta Ignorância", - não encontra qualquer funcionalidade dentro da temática em discussão no diálogo, vindo a revelar-se, por isso, improdutivo, enquanto significante de uma praxis social ou mesmo ideológica.

A nossa atenção terá então de se voltar para diálogos em que a cidade, de forma directa ou indirecta, é convertida em objecto de discussão, diálogos em que a cidade é despojada da sua dimensão física, muitas vezes privada de nome próprio, quase sempre sem rosto, servindo a explicitação de um propósito doutrinal ou catequético. Em Fr. Heitor Pinto retivemos o *Diálogo da Vida Solitária*, onde cabe à personagem de um peregrino Português defender perante dois outros peregrinos, um Italiano e um Flamengo, a excelência da vida solitária sobre a vida pública. A cidade, outras vezes, o mundo, como o entende

Fr. Heitor Pinto, surgem então neste contexto, como elementos indissociáveis da vida pública. Desta realidade e deste espaço, deve o homem fugir. Só alheado da urbe e do contacto social que ela propicia, o homem poderá encontrar o verdadeiro caminho do bem, a verdadeira cidade eterna, porque, como dizia o Discípulo, personagem do *Diálogo dos Verdeiros e Falsos Bens*, "as cidades da terra se acabavam e feneciam e a do céu durava para sempre".

No seu modo próprio de argumentação, Fr. Heitor Pinto descarta os *loci* tirados da contemporaneidade para se escudar em testemunhos extrínsecos à causa, buscados em situações exemplares da gentildade ou da Sagrada Escritura.

Das cidades fugiram gentios e não gentios, profetas e santos, padres da Igreja. O facto de o Diabo ter conduzido Cristo à cidade é trazido como situação exemplar das forças do mal ali existentes. Igual matriz é a tomada para a cidade de Abel, de onde foge Caim.

Atenas e Roma, abandonadas por proeminentes figuras públicas da Antiguidade, referidas no *Diálogo da Vida Solitária* não significam uma identidade paisagística ou humana, mas apenas um espaço, como o de outra qualquer cidade, de toda e qualquer época a cujo contacto importa fugir. No diálogo, abundam casos paradigmáticos de figuras da Antiguidade que votaram a vida pública ao abandono e se refugiaram em casais e quintas. Aí os vamos encontrar, lamentando alguns, como Similo, não terem tomado mais cedo aquela opção de vida, outros, como Diocleciano, plantando as suas alfaces ou ainda veremos outros como Catão censorino que, "ora lendo, ora escrevendo, ora meditando, ora cultivando a terra"<sup>8</sup>, desfrutavam dos momentos que o ócio lhes concedia cultivando as letras e a filosofia.

Por via de Catão e outros exemplos dignos de credibilidade, demonstra o Português, perante os seus interlocutores, que a vida solitária só aparentemente é improdutivo. A seu modo, também estes homens, com os seus escritos, serviram a causa pública e puderam fazê-lo, porque afastados do contacto nocivo do mundo.

A vida solitária, comparada à "ambrosia docíssima, aquele néctar suavíssimo, que fingiam os poetas"<sup>9</sup>, está bem longe do mar de inquietações, do "navio sem leme"<sup>10</sup> que constitui a vida da cidade. O mundo é um permanente desconcerto, "ele abate os altos, e alevanta os baixos, honra os infames e infama os famosos, tira as dinidades aos bons e dá-as aos maus"<sup>11</sup>. A vida na corte é assemelhada a um labirinto e, por isso, "Grande mercê faz Deus a quem tira destes labirintos"<sup>12</sup>, diz ainda a personagem do Português, para quem tão diferentes se afiguram os modos de vida dos que renunciaram à vida mundana e dos que nela persistem em ficar. Ouçamo-lo, uma vez mais:

"Alevanta-se de madrugada um negociante, matinado de seus cuidados, que até no sono não dormem, alheio de todo o repouso, solto do céu e atado com a terra e a primeira cousa que faz, é cuidar em suas trampas, urdir teias, fazer redes em que cuidando que enreda a outros, enreda a si: finalmente a primeira cousa que cuida é como há-de ofender a Deus. Alevanta-se um solitário acordando às vezes ao tom dos rousinóis e outras aves musicas que em amanhecendo o espertam com suas

alvoradas e suaves cantos, com que estão louvando ao criador e em se erguendo a primeira cousa, que faz, é encomendar-se a Deus e ocupar-se em seus louvores, e pondo os olhos no céu suspira pela pátria celestial, reza o ofício divino e cumpre com suas costumadas meditações e contemplações [...]”<sup>13</sup>

A lição de Fr. Heitor Pinto é a de que o homem idealmente escolherá a vida contemplativa, “mais deleitosa e suave que a activa”, mas, e disso o Português está consciente, a vida solitária não é dada a todos. É também necessário que alguém se ocupe do governo da república, uns havendo de governar, outros de contemplar. Por isso, se a renúncia ao mundo se não puder fazer fisicamente, faça-se ela espiritualmente.

Em torno da mesma oposição vida pública/vida solitária ou vida na corte/vida retirada se desenvolverá o *Dialogue de deux jeunes filles sur la vie de cour et la vie de retraite*. O mote para a discussão é involuntariamente dado por Flaminia que, devota incondicional da vida cortesã, se rende no entanto, momentaneamente, aos encantos da vida no campo a que se recolhera por alguns dias com Blésilla. O pretexto funcional para a discussão está lançado: o *locus amoenus*, profusamente descrito, a anteceder cada parte do diálogo, não se apresenta, todavia, com atractivos que, para Flaminia, possam suplantarem os da vida na corte que a personagem tão idealmente despreze.

Assim, o contraste estabelecer-se-á entre o espaço cortesão e respectiva forma de vida e aquela outra, no campo vivida, como quer Blésilla, afastada da obrigatória sujeição dos súbditos ao príncipe, suspensos do exercício arbitrário da sua benevolência ou injustiça, na concessão de bens efémeros, arrebatada da influência perniciosa dos lisonjeiros e palradores.

Olhares divergentes, inconciliáveis, sobre as coisas, são os de Blésilla e Flaminia. Olhares que, no entanto, têm em comum a invulgar nota de serem femininos no panorama de uma literatura que em Portugal era quase exclusivamente masculina.

O olhar crítico de Blésilla faz da corte um espaço de intriga e vaidade, de cedência às tentações mundanas; o de Flaminia é atraído pela sedução ofuscante de uma vida cujo único propósito é o de agradar ao príncipe, figura exemplar, eleita por Deus para bem dos homens. Por isso mesmo, este diálogo se inscreve numa extensa linha de obras que, desde a Antiguidade se vêm ocupando do Príncipe, da sua educação e das suas qualidades, aqui concretizadas na corte portuguesa do tempo de Luisa Sigeia<sup>14</sup>. A corte é, para Flaminia, o espaço das relações privilegiadas entre espíritos brilhantes e cultos, capazes de se demorarem em longas conversas, radicalmente afastado do silêncio que Blésilla preconiza para mais perto se estar de Deus. Para Flaminia, o tempo na corte não conhece monotonia. Entretidas andarão as mulheres em jogos de sedução, prodigalizando toda a atenção às artes da beleza e galantaria<sup>15</sup>. Adivinha-se em Flaminia um prazer muito feminino, visível no cuidado em vestir-se, pentear-se, maquilhar-se, tanto mais flagrante quando contrastado com o quase ascetismo de Blésilla.

O modelo de vida preconizado por Blésilla, longe das tormentas e inquietações, basta-se a si próprio. Em comunhão íntima com a natureza, dela tudo recebe:

“Là, que le pain de ménage, les légumes arrosés de nos mains, le lait, les gâteries rustiques, nous offrent des nourritures vulgaires sans doute, mais inoffensives[.] Si c’est l’été, un arbre ombreux nous procurera la retraite. Si c’est l’automne, la douceur même de l’air, les feuilles qui jonchent le sol indiqueront l’endroit du repos<sup>16</sup>”.

A obra de Pedro de Mariz, *Diálogos de Vária História*, como também a de Luísa Sigeia, parte do pretexto comum a muitos outros diálogos clássicos, da localização espaço-temporal que define as coordenadas dentro das quais se move o discurso dos interlocutores. Os arredores de Coimbra apresentam contornos que facilmente a identificam com o *locus amoenus*.

“Uma tarde de calmoso estio, um estudante Português [...] se saiu de Coimbra: e ao longo do rio Mondego (que aquela cidade rega) se foi passeando por debaixo dos verdes cenecrais, que da parte do meio dia e ocidente lhe fazem alegre companhia com muitas e deleitosas sombras té que chegou a um lugar saudoso, onde as águas de uma pequena ribeira que de um vale mansamente decem, se metem em o mesmo rio. E dali estendeu os olhos per todas as partes vendo a fermosura daquelas cristalinas águas e os sombrios bosques, deleitosas quintas e pomares, de que todas aquelas praias estão cobertas e o singular artifício com que a natureza vestiu de sua formosura as terras vizinhas aquela cidade que como senhora delas, sobre todas se mostra e se conhece<sup>17</sup>”.

No entanto, se nos primeiros diálogos que citámos de Fr. Heitor Pinto a descrição do espaço, se apresenta apenas como elemento configurador, agora, numa obra em que se tem como propósito tirar o retrato dos reis pelo natural, e sendo Coimbra, nos *Diálogos de Vária História*, a cidade onde eram coroados os reis de Portugal, a ela se dedica todo o 1º Diálogo. Mais do que reduzida a um mero contexto situacional, dado pelo narrador, Coimbra converte-se em *leit-motiv*, que disseminado embora ao longo do texto, é reforçado pela pluralidade consonante de outras visões, a do Italiano e a do Português. Aparentemente casuais, estas descrições vêm justificar a remota fundação de Coimbra, a sua toponímia, “conforme à natureza e propriedade das coisas (puseram a esta cidade o nome que tem, por causa da sua frescura e fertilidade, Colissimbrium, que é o mesmo que outeiro de chuvas)<sup>18</sup>”; ou ainda o modo de vida dos seus habitantes e a diferença relativamente a outras cidades. E este último aspecto interessa-nos particularmente, porque se nem em Fr. Heitor Pinto ou Luísa Sigeia, se julgava compatível a tranquilidade de vida e solidão com o espaço citadino, agora, em Pedro de Mariz, a personagem do Português afirma que:

“[...] aqui[em Coimbra] a quietação da gente, a mesma solidão, o apartamento do tráfego do mundo, a simplicidade dos passarinhos, a descansada amplificação dos animais, a saudosa corrente das ribeiras, a contínua diligência com que as árvores produzem seus frutos e as ervas suas flores e a natural providência com que a terra mostra sua liberalidade [...] nos servem de melhores mes-

tres para consolar-nos que toda a escola dos Filósofos de Atenas.<sup>19</sup>".

É de Coimbra que nos fala também "As Armas de Coimbra", da autoria de Fr. Heitor Pinto, um texto de representação simbólica e encomiástica, incluído na sua edição dos *Diálogos*.

No texto do hieronimita, que comporta duas partes distintas, limita-se a primeira à objectivação verbal de um texto icónico: "A Antiga, nobre e sempre leal cidade de Coimbra, tem por armas uma donzela coroada, metida num vaso, por cima do qual está aparecendo dos peitos para cima, combatida dum lião duma parte, e da outra duma serpente: mas como vencedora tem na cabeça coroa de vitória.<sup>20</sup>". Mencionando o facto de "se perder a memória da sua significação por culpas dos tempos<sup>21</sup>", o autor alude a tentativas de homens doutos e curiosos para estabelecer a interpretação do referido escudo<sup>22</sup>.

Na segunda parte, Fr. Heitor Pinto procede à interpretação dos elementos animais, serpente e leão, atestada por textos de autores sagrados que os convertem em símbolos das forças demoníacas, consoante elas tentem com aspereza ou com brandura, respectivamente. Com recurso a fontes da mesma natureza se faz a interpretação da donzela, alegoria da nossa alma, metida num vaso que é o nosso corpo. A coroa é o símbolo da vitória sobre os inimigos de alma, mas também a que a donzela concede aos reis que são coroados na cidade de Coimbra.

Apesar de outras opiniões serem referidas por Fr. Heitor Pinto como tendo seguido "a rota do seu parecer<sup>23</sup>", é facto que também ele cede à mesma tentação e, mencionando o seu modo de interpretar, diz aquilo "que (...) me parece destas armas"<sup>24</sup>, numa clara demonstração de subjectividade, manifesta também numa leitura cujo propósito é eminentemente sagrado. E a comprová-lo temos o excerto final com reflexões de teor moralizante que apelam a padrões de comportamento que passem pela imitação das armas de Coimbra na luta contra o mal, rumo ao "seguro porto da glória<sup>25</sup>".

Retomando os *Diálogos de Vária História* de Pedro de Mariz, também eles reservarão na parte consagrada a Coimbra, a interpretação das suas armas. Só que, com este autor, o confronto bélico não se faz já, agora, entre a donzela e as forças do mal, mas antes se transferirá para o campo estritamente militar, embora com a mediação divina.

Se em Fr. Heitor Pinto, a descrição se consegue isentar de alguma subjectividade, em Pedro de Mariz ela resvala logo para a interpretação. A donzela, descrita "com as mãos e os olhos levantados ao céu *como que* lhe esá pedindo favor e ajuda" e mais à frente se diz ainda que "*como* favorecida do alto, tem na cabeça coroa de vitória<sup>26</sup>". Consciente do exercício dessa subjectividade, Mariz refere-se à sua interpretação como "algua cousa que mais provável parecer<sup>27</sup>". Para ele, os leões que combatem a donzela são os castelhanos leoneses, inimigo de reconhecida nobreza, contrariamente aos bárbaros e cruéis mouros, aqui figurados na serpente. A donzela encontra, em Mariz, representação na cidade e a sua coroa não oferece parecer divergente do de Fr. Heitor Pinto.

Uma segunda interpretação, trazida a esta obra pelo Italiano que a ouvira de um Religioso Português, dá conta da natureza dialógica do texto de Mariz. Leão e dragão, longe de

simbolizarem a discórdia, simbolizam antes a pacificação ocorrida após a disputa da cidade entre o rei dos Suevos e o dos Alanos que quiseram deixar figuradas as suas armas, junto da donzela, princesa que em definitivo veio reatar a paz.

A opinião de Mariz, seguramente veiculada pela personagem do Português, é a de uma abertura para vários entendimentos das Armas de Coimbra, justificando assim, como verificámos, a validação de *ecfrasis* notoriamente diversas. De notar, ainda, que Mariz não pretende retirar das armas de Coimbra qualquer lição que se institua como paradigma de comportamento moral.

### Conclusão:

Trouxemos aqui obras que, de forma mais ou menos directa, nos possibilitaram uma leitura da cidade tal como ela se fez por alguns autores do séc. XVI.

Em textos como os das armas de Coimbra, a perspectiva é a da celebração fundacional da cidade, com intentos de ordem religiosa em Fr. Heitor Pinto, ou histórica em Mariz.

Em Mariz ainda, nos *Diálogos de Vária História*, a cidade de Coimbra preserva a idealidade tranquila e nostálgica do *locus amoenus*.

Noutros, como no "Diálogo da Vida Solitária" de Fr. Heitor Pinto ou no de Luísa Sigeia, a cidade perde a sua dimensão de referencial físico para se converter em simples ilustração de um modo de vida. As reflexões sobre a cidade, por se inscreverem numa ampla tessitura de binómios como os da vida activa/vida contemplativa ou vida pública/vida solitária, exigem a convocação de outros espaços: campo, deserto ou ermo nos quais o homem socialmente se anula, a comunicação faz-se solilóquio com consideráveis ganhos no âmbito da espiritualidade. A visão da cidade adquire uma perspectiva intemporal, sancionada por razões que são também do domínio periodológico.

Afinal, o Renascimento continuava a validar discussões morais que eram velhas de séculos, embora sob a nova coloração da filosofia cristã...

*Maria Teresa Nascimento*